

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

DANIEL TEIXEIRA DE MENEZES
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
daniel.menezes@ifsudestemg.edu.br

RAFAEL CARVALHO DOS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
rafaelcbiga@gmail.com

SANDRA REGINA HOLANDA MARIANO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
sandramariano1@gmail.com

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

1. INTRODUÇÃO

Os últimos anos nos trouxeram a expansão de empreendimentos econômico-sociais voltados às práticas balizadas na confiança, proximidade e solidariedade. Tais práticas estão ligadas aos desafios enfrentados por comunidades carentes, muitas vezes esquecidas pelo Estado onde as alternativas locais destinadas à economia solidária buscam amenizar esta situação. Neste contexto, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) se destacam como uma opção de finanças solidárias.

Os BCDs atuam em territórios onde a população não tem acesso ao crédito oferecido pelo sistema bancário tradicional, tentando, por meio de uma metodologia própria, a democratização deste junto aos usuários. De acordo com França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012) os BCDs podem ser classificados como uma modalidade de organização socioeconômica inovadora na gestão do microcrédito junto às populações mais empobrecidas. Nos últimos quinze anos os Bancos Comunitários no Brasil, saltaram de um único banco na periferia de Fortaleza (CE) - o pioneiro Banco Palmas- para uma rede com mais de cem instituições espalhadas pelo país.

Cabe ressaltar, que apesar do tema central deste artigo abordar diretamente os Bancos Comunitários e de apresentar uma contextualização sobre a temática, o objetivo principal não é detalhar a metodologia ou a atuação dos BCDs. Prima-se por analisar se nos últimos anos as pesquisas sobre os BCDs vêm crescendo consoante ao aumento deste tipo de instituição, bem como a qualidade e quantidade da produção científica neste campo.

Para consecução do objetivo proposto, foi realizada uma análise bibliométrica a partir do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹ bem como de artigos encontrados nas seguintes bases acadêmicas: Scielo, Spell, Anpad e Periódicos CAPES, utilizando-se métodos quantitativos em busca de uma avaliação objetiva da produção acadêmica no campo do estudo dos BCDs.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte são contextualizados conceitos chaves que balizaram o trabalho, tais como empreendedorismo social, economia solidária e bancos comunitários. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos. Na terceira parte discute-se e analisa-se os dados, apresentando, então, os resultados alcançados. Por fim são expostas as considerações finais com bases nos resultados alcançados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com objetivo de embasar a análise bibliométrica, este capítulo apresenta em seu tópico 2.1 o conceito de empreendedorismo social, no tópico 2.2 o conceito e contextualização sobre economia solidária e por fim, no tópico 2.3 o conceito de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e sua expansão no Brasil. Esta contextualização permite ao leitor compreender as análises e resultados deste trabalho.

2.1 Empreendedorismo Social

Historiadores econômicos relatam que o início do uso do termo empreendedor se deu na França a partir dos escritos de Saint Simon na área da economia se referindo àquele que controla uma empresa. Apesar de se tratar de relatos do século XIX, até hoje não há um consenso sobre o que vem a ser o empreendedor, que por muitas vezes ainda é tido como dono de um pequeno negócio e não necessariamente como alguém com características empreendedoras específicas (ALMEIDA, 2013).

Talvez o divisor de águas do empreendedorismo realmente tenha sido o artigo “*The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research*”² de Shane e Venkataraman, publicado em 2000. Até então não se tinha clareza ou um consenso majoritário por parte da academia sobre o que seria um quadro conceitual do fenômeno empreendedorismo. Tal artigo fora sucesso de críticas, citações e debates³. Para Shane e Venkataraman (2000), o empreendedorismo só teria utilidade quando tivesse um quadro conceitual capaz de explicar e prever seu conjunto de fenômenos de forma empírica independente do que fosse já previsto ou explicado por marcos conceituais existentes em outros campos. Para os referidos autores, até então, o fenômeno do empreendedorismo tornara-se um amplo rótulo circulado por um amontoado de pesquisas.

A popularidade e aceitação da definição de empreendedorismo de Shane e Venkataraman podem ser justificadas devido ao fato de os autores inserirem a proposta da exploração e descoberta de oportunidades empreendedoras, onde essas aparecem como pilares centrais na definição de empreendedorismo. Portanto, o foco se desloca do empreendedor individual de forma isolada para os nexos entre oportunidades e indivíduos, associando, assim, o processo de empreendedorismo aos subprocessos de identificação, avaliação e exploração de oportunidades (FERREIRA, LOIOLA e GONDIM, 2016).

A globalização é um fenômeno multifacetado e complexo, que tanto contribui para a expansão do comércio e integração entre os países, como traz limitações à ação independente dos Estados nacionais. Os países, para evitar tornarem-se perdedores nessa grande competição econômica, buscam maior competitividade dentro do cenário global. Neste contexto, os críticos da globalização apontam que o papel dos Estados nacionais vem sendo reduzido e se tornando um “bode expiatório ao se transferir a responsabilidade pelas vicissitudes econômicas e sociais nacionais para o âmbito das forças supranacionais, fora de seu controle” (CASSIOLATO e LASTRES, 1999).

Para esta corrente, a figura do empreendedor social surge como um ator importante na busca pelo reequilíbrio econômico e social daqueles desfavorecidos pelas ineficiências dos Estados e pelas disfunções do capitalismo no cenário globalizado. Consequentemente o estudo sobre o empreendedor social vem conquistando espaço no meio acadêmico (HEMIGWAY, 2005), porém ainda não há uma definição clara de seu domínio. Para Zahra et al (2009), esta definição torna-se complicada pelas numerosas manifestações do empreendedorismo social e pela amplitude das comunidades acadêmicas que estudam o assunto.

Atenta-se para o fato de que nem mesmo o domínio do empreendedorismo de Shane e Venkataraman (2000) é aceito completamente entre os acadêmicos. Tal empreitada torna-se mais difícil quando a definição de empreendedorismo é acrescida do adjetivo “social” carregado de valor, exacerbando ainda mais o debate de definição (ZAHRA et al, 2009). Após a análise e a construção de um quadro sobre a definição de empreendedorismo social com mais de vinte autores diversos, Zahra et al (2009) chegaram a uma definição, que é adotada nestes trabalho. Os autores propõem que

o empreendedorismo social engloba as atividades e processos empreendidos para descobrir, definir e explorar oportunidades, a fim de aumentar a riqueza social,

criando novos empreendimentos ou gerenciando organizações existentes de forma inovadora (ZAHRA et al, 2009).

No entanto, para Zahra et al (2009), a busca pelo equilíbrio entre a riqueza social, o desejo de obter lucros e manter a eficiência econômica não é uma questão simples. Os novos modelos organizacionais não testados são seguidos por empreendedores sociais - o que levanta preocupações sobre sua responsabilidade e contribuições.

2.2 Economia Solidária

Quando abordamos a temática da economia solidária, exploramos um lado diferente que não estamos acostumados a tratar no dia a dia. Expande-se, portanto, o olhar para outras faces além da visão dominante que reduz a economia a ideia única de mercado. Permite-se assim, uma análise de práticas não motivadas unicamente pelo capital financeiro onde através de uma visão plural coexistem diversas formas de economia além da dominante.

Conforme explica França Filho (2008), a economia solidária não consiste em um novo formato de economia que viria a se acrescentar às formas dominantes, no sentido de uma eventual substituição. Ela representa muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não monetária. Assim, em sentido amplo

quando falamos de economia solidária estamos nos referindo a atividades econômicas baseadas em princípios de autogestão, cooperativismo, autonomia e participação democrática. Uma de suas características mais marcantes é a solidariedade, em contraposição ao espírito individualista e ao desejo de ganhos individuais. Esta, por sua vez, toma forma por meio da repartição igualitária dos frutos do trabalho associado e pela socialização dos recursos produtivos (VALENTIN, 2014, p. 39).

A economia solidária é construída por iniciativas de natureza associativa ou cooperativa. Envolve moradores que, num determinado contexto territorial, buscam a solução de problemas públicos concretos, relacionados à sua condição cotidiana de vida, através do fomento à criação de atividades socioeconômicas (FRANÇA FILHO, 2007). Ela se manifesta através de uma pluralidade de atividades direcionadas a geração de trabalho e renda, envolvendo diferentes tipos de empreendimentos, sejam produtivos ou de prestação de serviços, além de organizações que oferecem atividades de suporte como financiamento, comércio e consumo dos bens e serviços ofertados pelos empreendimentos (COSTA, CARRION, 2008).

Nessa linha, França Filho e Laville (2004) apresentam diversas variações assumidas pela economia solidária, de acordo com as diferentes regiões e países dando como exemplos: cooperativas de produção e prestação de serviços, bancos populares, clube de trocas, associações de serviços em países latino-americanos, cooperativas sociais, sociedades cooperativas de interesse público, empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros.

No Brasil o movimento de economia solidária ganhou maior visibilidade a partir da realização do Fórum Social Mundial ocorrido em 2001 e sediado na cidade de Porto Alegre/RS. Tal evento marcou uma sequência de ações, que evidenciaram o crescimento das atividades direcionadas à economia solidária onde destaca-se o lançamento da Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária (RBSSES) e a articulação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) criado em 2003. A estes, se junta à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) ambos criados por um mesmo ato legal aprovado em junho de 2003 (PASSOS, 2007).

Segundo dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) até o ano de 2013 já eram registrados cerca de vinte mil empreendimentos econômicos solidários no

Brasil espalhados em quase três mil municípios. Tal dado sugere que a economia solidária vem se transformando em um mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos (BRASIL, 2013). Nota-se uma variedade de formas assumidas pela economia solidária, no entanto este trabalho abordará apenas uma, no caso, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

2.3 Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento fazem parte do campo das finanças solidárias e podem ser caracterizados no campo do empreendedorismo social como formas de organizações coletivas de apoio mútuo que visam garantir o acesso ao crédito e estimular o desenvolvimento em comunidades empobrecidas através da organização da economia local, proporcionando novas interações socioeconômicas e a construção de uma realidade diferente da vivida pela comunidade (RAPOSO, 2014).

A história dos Bancos Comunitários no Brasil tem seu início no Conjunto Palmeiras – comunidade da periferia de Fortaleza no estado do Ceará. No ano de 1998 a Associação Local de Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCOMP criou o Banco Palmas que tinha como meta básica o enfrentamento do desemprego e da pobreza dentro da Comunidade. A ideia inicial da Associação era incentivar o consumo e produção local buscando uma maior circulação de recursos dentro da própria comunidade (SIQUEIRA et. Al., 2014). Devido ao pioneirismo do Banco Palmas, muitas vezes o campo se depara com a dificuldade de tratar de Bancos Comunitários no Brasil sem citar como exemplo o Banco Palmas, que muitas vezes é associado como sinônimo de Banco Comunitário.

O Banco Palmas abriu as portas para a implementação de diversos BCDs no Brasil, no entanto práticas similares já eram adotadas em outras partes do mundo. Destacam-se as práticas implementadas por Muhammad Yunus, por meio do *Grameen Bank*. Em meados da década de 1970, como Professor do Departamento de Economia da Universidade de Chitagong, Yunus se tornou protagonista da união de uma série de inovações capazes de mitigar fatores tais quais riscos elevados e ausência de garantias, comumente apontados pelo *mainstream* econômico como sendo a razão do não interesse dos bancos tradicionais por grupos em situação de pobreza (SILVA & GÓIS, 2007). O *Grameen Bank* foi fundado em 1976 e consagrado como o caso do uso do microcrédito como ferramenta social mais conhecido do mundo. Este objetivava fornecer empréstimos a pessoas carentes que, sem acesso aos bancos, recorriam à agiotagem e acabavam se endividando. O *Grameen* se desenvolveu fornecendo ferramentas de auto assistência que permitiram que 12 milhões de pessoas conseguissem sair da faixa da pobreza, o que levou seu fundador Muhammad Yunus à conquista do prêmio Nobel da Paz em 2006, dando destaque à eficácia do microcrédito e consolidando-o como importante instrumento no combate a pobreza (FERREIRA, 2014). Silva Jr. (2008), enfatiza que a experiência de Yunus serviu de inspiração para o desenvolvimento do Banco Palmas. Ainda, segundo França Filho (2012, p. 57)

o objetivo do Projeto Banco Palmas seria então garantir microcréditos para produção e consumo local a juros baixos sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Mais do que um cadastro formal à concessão de crédito, exigia um conhecimento da vida da pessoa do tomador do empréstimo na comunidade.

O sucesso apresentado pelo Banco Palmas fez com que a prática dos Bancos Comunitários fosse multiplicada pelo país (PASSOS, 2007). Em 2004, a SENAES convidou o Banco Palmas para consolidar a metodologia dos Bancos Comunitários, tendo em vista

torná-la um Programa Nacional. Os objetivos do Projeto de Apoio a Bancos Comunitários, desenvolvido em 2005, eram

[...] formatar a metodologia dos Bancos Comunitários de modo conceitual e operacional; implementar a metodologia dos Bancos Comunitários em municípios do Estado do Ceará, como piloto; capacitar agentes e gerentes de crédito para a implantação dos Bancos Comunitários; fomentar a criação de uma Rede de Bancos Comunitários; e, incentivar a adesão de outras instituições que atuam com microfinanças para envolverem com o projeto (INSTITUTO BANCO PALMAS apud PASSOS, 2007, p.20).

Conforme informações divulgadas pelo Instituto Banco Palmas (IBP), a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, atualmente é constituída por 103 BCDs, os mesmo distribuídos pelas regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sudeste do país. Segundo IBP os bancos comunitários são

serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares (s/d, s/p).

Complementando a definição de bancos comunitários o Instituto Banco Palmas também nos fornece as principais características desta instituição: sua criação deve partir da própria comunidade, atua sempre em duas linhas de crédito – Real e moeda social, estimula a criação da rede local de produção e consumo, apoia empreendimentos com estratégia de comercialização, atua em territórios com alto grau de exclusão e desigualdade social, volta-se para o público com alto grau de vulnerabilidade social e econômica e apresenta sustentabilidade financeira de curto prazo na obtenção de subsídios.

Ao analisar as principais características dos Bancos Comunitários, Silva Júnior (2007) afirma que estas instituições são sustentadas por um tripé, baseado na gestão comunitária, sistema integrado de desenvolvimento e moeda social circulante local. Quanto à gestão comunitária, identifica-se pela autogestão – onde as tomadas de decisão do banco são exercidas pela própria comunidade. O sistema integrado de desenvolvimento trata do fomento do banco ao consumo e produção dentro da própria comunidade, destacando-se a disponibilização de microcrédito para tais finalidades. Quanto à moeda social, esta trata-se de um circulante local com a finalidade de manter a riqueza dentro da própria comunidade exercendo assim papel fundamental no desenvolvimento. Cabe ainda salientar que os BCDs não possuem uma metodologia específica de crédito, podendo variar de acordo com cada banco, porém sempre apresentam taxas de juros reduzidas se comparadas aos bancos comerciais. Ainda, de acordo com Silva Júnior (2007) um critério universal para acessar aos recursos do BC é pertencer à comunidade.

A expansão dos BCDs pelo país está diretamente ligada às políticas públicas voltadas para concessão de crédito e a produção de baixa renda, sendo justificadas pela redução da pobreza e geração de novos postos de trabalho. Atenta-se que as bases para a instituição de uma política pública de maior efetividade junto às finanças solidárias no âmbito do governo federal estão atreladas à própria criação da SENAES/MTE (RIGO, 2014). A mesma autora elenca as atribuições da SENAES sendo as principais “contribuir com as políticas de micro finanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor” (RIGO, 2014, p 33). Entretanto, conforme evidenciado por Siqueira et. al. (2014), há um papel relevante exercido pelos líderes dos BCDs que é pouco valorizado pela SENAES. A engenhosidade da ação do fundador e líder do Banco Palmas é um dos fatores que explica o

modelo organizacional bem sucedido por ele implantado, que, não se reproduziu em outros contextos. Conforme ressaltado por Passos (2007), mesmo com o apoio federal aos Bancos Comunitários via SENAES, esta é uma política de governo, e não pública, sendo pertinente pensar na forma como essas experiências se sustentam.

O momento atual reflete possíveis mudanças nas políticas voltadas para economia solidária. Um exemplo é a reforma ministerial ocorrida em 03 de novembro de 2016 com a reestruturação do Ministério do Trabalho e o rebaixamento da então Secretária Nacional de Economia Solidária para Subsecretária de Economia Solidária.

Observa-se que possíveis alterações de políticas públicas podem afetar o direcionamento também dos BCDs e devem ser acompanhadas pelos pesquisadores. Apresentado o panorama sobre empreendedorismo social, economia solidária e bancos comunitários este estudo retoma seu objetivo geral: analisar os estudos publicados sobre bancos comunitários até o presente momento.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo apresenta como metodologia principal a análise bibliométrica. Esta técnica, de acordo com Araújo (2007), surge no início deste século a partir da necessidade do estudo e da análise das atividades de produção e comunicação científica. Utilizam-se métodos quantitativos em busca de uma avaliação objetiva da produção acadêmica. Price ao estudar a bibliometria em 1976 considera importante os estudos que tragam o número de autores e trabalhos, o número de países, revistas, categorias de produtividade, dentre outros dados relevantes.

A bibliometria é um método considerado flexível onde se avalia a tipologia, a quantidade e a qualidade das fontes de informação citadas em pesquisas (DA SILVA et al, 2011) sendo o principal produto desta análise os indicadores científicos da produção. No entanto a bibliometria é passível de críticas devido ao seu caráter exclusivamente quantitativo, deixando as escuras os aspectos qualitativos, fundamental ao campo das pesquisas sociais.

A proposta deste trabalho é o levantamento da produção científica produzida sobre Bancos Comunitários de Desenvolvimento e, para tanto, foram pesquisados dissertações e teses no banco da CAPES, além de artigos científicos nas seguintes bases científicas: SPELL, PERIODICOS CAPES, ANPAD e SCIELO. Em todas as fontes citadas, utilizamos os seguintes termos de busca: banco comunitário, bancos comunitários, moeda social, moedas sociais, finanças solidárias e Banco Palmas.

Os artigos filtrados, consoante aos termos acima elencados, foram organizados de acordo com critério estabelecido pelo sistema de classificação de revistas científicas da CAPES, que agrupa os artigos por ordem decrescente de relevância, volume e periodicidade nas seguintes categorias: A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5.

O número total de artigos retornados⁴ utilizando os termos de busca nas bases citadas foi de setenta e dois (72). Ainda foram encontrados cento e dezoito (118) trabalhos no Banco de Teses e Dissertações CAPES. Tendo em vista a localização de artigos, teses e dissertações em duplicidade, optou-se pela exclusão dos mesmos na análise. Após este procedimento obteve-se o total de trinta e cinco (35) artigos, oito (8) teses e trinta e seis (36) dissertações, que servirão de dados para a análise bibliométrica. Observou-se também que o período de produção dos trabalhos se iniciava em 2002. Portanto, mediante a este fator foram utilizadas as publicações produzidas entre os anos de 2002 e 2016. Nossas análises foram realizadas entre quinze de dezembro de 2016 a 05 de janeiro de 2017.

Após a coleta dos dados, estes foram analisados sistematicamente através do software de análise qualitativa Atlas Ti, software de planilhas eletrônicas Microsoft Excel e o website de nuvens de palavras *www.wordle.net*.

4. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

A fim de se apresentar um panorama geral dos resultados obtidos, iniciou-se a análise pelo número de retornos obtidos nas pesquisas feitas nas bases de produção acadêmicas anteriormente citadas (Spell, Scielo, Periódicos CAPES e ANPAD). O termo que mais retornou artigos nesta pesquisa foi *bancos comunitários*, com dezoito (19) trabalhos, seguido de *Banco Palmas* com dezesseis (16) e *moeda social* com quinze (15).

Quanto às teses e dissertações retornadas após as buscas no Banco de Teses e Dissertações CAPES, essas totalizaram cento e dezoito trabalhos (118) onde o termo *bancos comunitários* retornou trinta e três (33) trabalhos, seguidos de *banco comunitário* com vinte e seis (26) e *Banco Palmas* com vinte (20).

4.1 Autores em destaque

No decorrer dos levantamentos e análises para formulação deste trabalho, evidenciamos que alguns autores se destacavam pela grande incidência como eram referenciados. Entre estes autores destacam-se quatro nomes: Paul Israel Singer, Genauto Carvalho de França Filho, Joaquim de Melo Neto Segundo e Jeová Torres Silva Júnior. No intuito de medir a recorrência em que tais autores foram referenciados, foi realizada uma análise das referências bibliográficas de cada trabalho, obtendo os seguintes percentuais de incidência.

Tabela 1: Autores e Citações

AUTOR	DISSERTAÇÕES E TESES	%	ARTIGOS	%
Paul Israel Singer	41	93,18	14	41,18
Joaquim de Melo Neto Segundo	34	77,27	19	54,28
Genauto Carvalho de França Filho	31	70,45	23	68,57
Jeová Torres Silva Júnior	29	65,91	19	54,28

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

Raposo (2014) salienta que estes quatro autores mencionados se destacam como formuladores das primeiras análises descritivas e conceituais da experiência dos bancos comunitários no Brasil. Dois dos autores são também atores políticos importantes deste campo. Paul Israel Singer esteve à frente da SENAES nos últimos treze anos, liderando as políticas públicas nacionais voltadas à expansão da economia solidária. Joaquim de Melo Neto Segundo, aparece como um dos grandes empreendedores sociais do país. Ele foi fundador do Banco Palmas e seu principal dirigente deste então. Também dirige o Instituto Palmas, que foi contratado pela SENAES para formular e disseminar a metodologia para criação e operação de bancos comunitários. Jeová Torres Silva Júnior é um dos pioneiros nas pesquisas direcionadas aos bancos comunitários e em 2004 defendeu dissertação de mestrado onde já explorava a experiência do Banco Palmas. O autor Genauto Carvalho de França Filho, se destaca como um dos pioneiros e maiores pesquisadores dos BCDs, além de ser o principal orientador das dissertações e teses sobre o tema. Ele foi responsável pela orientação em nível de mestrado e doutorado de Jeová Torres Silva Júnior que aparece com terceiro na lista de publicações e da autora com o maior número de publicações sobre bancos comunitários Ariádne Scalfoni Rigo, além de ter orientado outras quatro dissertações sobre o mesmo tema.

A partir dos retornos, também foi possível fazer um mapeamento dos autores que mais publicaram artigos científicos registrados nas bases pesquisadas, excluindo-se as duplicidades, evidenciando assim que a autora que mais possui publicações de artigos nas bases pesquisadas é Ariádne Scalfoni Rigo (UFBA) com dez (10) publicações, seguida do Genauto Carvalho de França Filho (UFBA) com cinco (5) publicações, sendo estas em conjunto com a Ariádne Scalfoni Rigo. A seguir, a tabela organiza os principais autores:

Tabela 2: Autores que mais publicaram artigos

UNIVERSIDADE ⁵	AUTORES	PUBLICAÇÕES
UFBA	Ariadne Scalfoni Rigo	10
UFBA	Genauto Carvalho de França Filho	5
UFBA	Leonardo Prates Leal	2
UFC	Jeová Torres Silva Júnior	4
UFC	Sarah Maria da Silva Gonçalves	2
UFC	Ângela Lima Calou	2
UEA (EAST ANGLIA)	Gill Seyfang	2
UEA (EAST ANGLIA)	Noel Longhurst	2
FGV	Eduardo Henrique Diniz	3
USP	Martin Jayo	2
HEC MONTREAL	Marlei Pozzebon	2
ULB (BRUXELAS)	Marek Hudon	2
UFF	Joysi Moraes	1 ⁶
UFF	Sandra R. H. Mariano	1

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

4.2 Estimativa de produção por universidade e ano das publicações

A partir da análise dos resultados foi possível organizar as Universidades que mais produziram teses e dissertações por área.

Tabela 3: Produções por Universidade e Área

UNIVERSIDADE	Nº	ÁREA	TOTAL
UFBA	6	ADMINISTRAÇÃO	6
UFC	6	AVALIAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS	1
		ECONOMIA	3
		SOCIOLOGIA	2
FGV	5	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2
		GESTAO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	1
		DIREITO E DESENVOLVIMENTO	1
		GESTÃO INTERNACIONAL	1
UFSCAR	5	ENGENHARIA URBANA	2
		EDUCAÇÃO	1
		CIENCIA TECNOLOGIA E SOCIEDADE	1
		SOCIOLOGIA	1

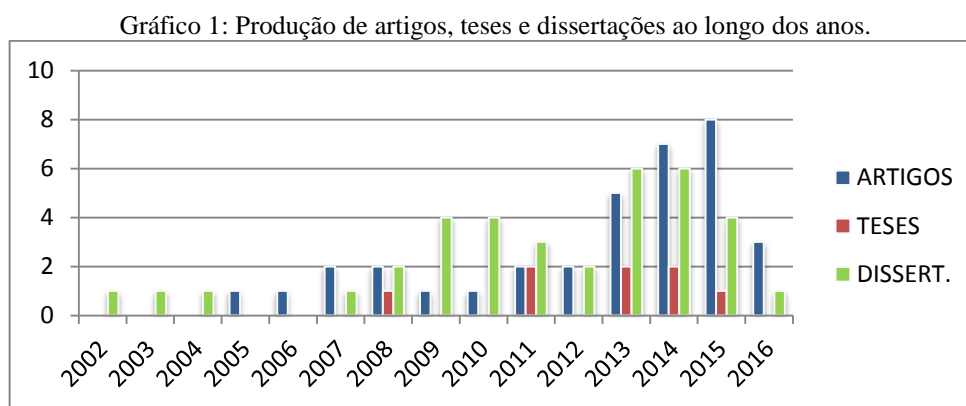
Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

A partir da análise dos artigos, teses e dissertações e dos resultados quantitativos apresentados com o foco de análise nas produções das Universidades, é possível afirmar que a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) são as instituições que mais produzem trabalhos acadêmicos no campo. A UFBA possui treze (13) artigos, cinco (5) dissertações e uma (1) tese. Já a UFC contribui com seis (6) artigos, quatro (4) teses e duas (2) dissertações, evidenciando assim a evolução dos estudos no campo dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Portanto, tendo em vista a importância e a quantidade das publicações por autores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) assim como os da Universidade Federal do Ceará (UFC), pode-se afirmar que a região Nordeste do Brasil apresenta-se como a mais produtiva na temática BCDs.

Notou-se ainda, que o tema vem sendo abordado por diferentes áreas de conhecimento, no entanto os autores vinculados aos programas de pós-graduação da área de Administração são os que mais produziram sobre a temática. Há que se destacar também a relevância do trabalho desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Apesar das autoras terem publicado apenas um artigo, em revista nacional classificada como B4, em que a aborda a função e a multiplicação dos bancos comunitários, sua produção científica internacional, em parceria com a pesquisadora Ana Siqueira, é ampla e duradoura. Em 2013, as autoras apresentaram artigo na conferência Academy of Management, abordando os bancos comunitários na perspectiva dos ecossistemas de inovação (Siqueira et. al., 2013). Nos anos de 2014, 2015 e 2016, foram abordados constructos relacionados confiança institucional e interpessoal e o papel da liderança e sua engenhosidade na construção de organizações de microcrédito.

A partir dos retornos, organizou-se o gráfico abaixo relacionando o número de produções por ano.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Observa-se na figura acima que o período entre 2013 a 2015 foi o mais produtivo no tocante ao tema Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Apesar de o artigo inicial ser do ano de 2002, as buscas não tiveram delimitação de período temporal, o que nos levou a concluir que a crescente pesquisa coincide com a criação da SENAES e da RBBC.

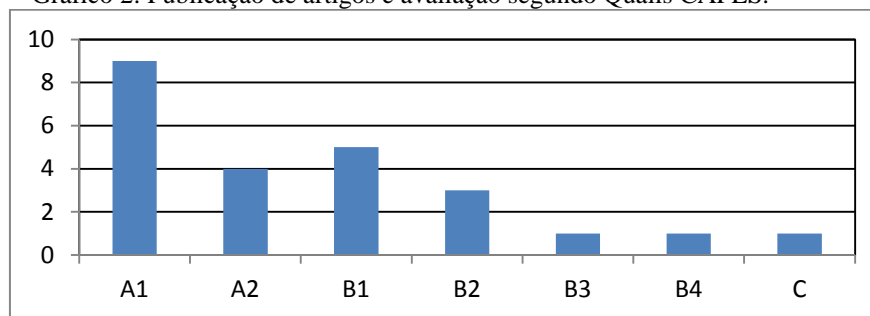
Quanto ao tipo de abordagem de pesquisa, tanto os artigos como as teses e dissertações constatou-se a predominância de pesquisas de cunho qualitativo. Os artigos com 91% e as teses e dissertações com 86% com abordagem qualitativa.

4.3 Análise das publicações por revista

A análise das publicações ocorridas em revistas se torna importante a este trabalho por possibilitar traçar um panorama da classificação dos artigos sobre o tema Banco Comunitário de Desenvolvimento a partir da avaliação Qualis, da CAPES. De acordo com o site capes.gov⁷ o Qualis-Periódicos é um sistema usado com a finalidade de classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação, passando por um processo anual de atualização. Esses veículos são classificados em estratos indicativos da qualidade sendo A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.

Dos trinta e cinco (35) artigos analisados, vinte e oito (28) foram publicados em revistas nacionais, enquanto sete (7) foram publicados em revistas estrangeiras. Esse dado, numa primeira análise, pode apresentar pouca robustez uma vez em que os artigos para este trabalho foram consultados em bases científicas brasileiras. Do total de trinta e cinco (35) artigos analisados, doze (12) foram publicados através dos congressos da ENANPAD, portanto não são classificados quanto ao sistema Qualis – CAPES. Sendo assim, percebe-se que a maior parte dos artigos foram publicados em revistas com Qualis A1. O gráfico a seguir ilustra o número de publicações classificados por Qualis:

Gráfico 2: Publicação de artigos e avaliação segundo Qualis CAPES.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

A tabela a seguir organiza as revistas encontradas por classificação Qualis:

Tabela 4: Revistas classificadas por Qualis

QUALIS	REVISTA	PUBLICAÇÕES
A1	ECOLOGICAL ECONOMICS	2
	REVISTA DIR. GV	2
	NONPROFIT AND VOLUNTARY SECTOR QUARTERLY	1
	JOURNAL OF GLOBAL INFORMATION MANAGEMENT	1
	BOLEMA: BOLETIM EDUCAÇÃO MATEMATICA	1
	GLOBAL ENVIRONMENTAL CHANGE	1
	JOURNAL OF CLEANER PRODUCTION JOURNAL	1
	TOTAL A1	9
A2	RAUSP	3
	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1
	TOTAL A2	4
B1	REVISTA DE EMPREENDE E GESTÃO PEQUENAS EMPRESAS	1
	CANADIAN JOURNAL OF REGIONAL SCIENCE	1
	REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIA ADMINISTRATIVA	1
	RAM. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE	1
	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO EM CONTEXTO	1
	TOTAL B1	5
B2	ADM PUB E GESTÃO SOCIAL	2
	DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO	1
	TOTAL B2	3
B3	GESTÃO E SOCIEDADE	1
	TOTAL B3	1
B4	RIGS – REVISTA INTERDISCIPLINAR DE GESTÃO SOCIAL	1

	TOTAL B4	1
C	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE RORAIMA	1
	TOTAL C	1
TOTAL GERAL		23

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

4.4 Análise dos temas por palavras-chaves

A análise das palavras-chaves utilizadas nos artigos levou a identificação de duzentas e vinte e sete (227) palavras. O mesmo levantamento feito junto das teses selecionadas para esta pesquisa forneceu o quantitativo de trezentas e sessenta e duas (362) palavras. Com o auxílio do software de análise qualitativa *Atlas Ti*, pôde-se analisar a frequência em que essas palavras foram utilizadas. Consideramos apenas as palavras-chave no idioma português e no idioma inglês. A fim de facilitar a análise e a compreensão das palavras-chaves mais utilizadas, selecionamos aquelas que incidiram com maior frequência, sistematizadas na tabela abaixo:

Tabela 5: Incidências de palavras-chaves

Palavras chave	Teses e Dissertações	Artigos
Economia solidária	26	9
Bancos comunitários	15	4
Bancos comunitários de desenvolvimento	12	2
Finanças solidárias	9	4
Microcrédito	6	3
Banco Palmas	3	2
Desenvolvimento local	3	0
Microfinanças	3	1
Moeda social	3	3
Capital social	2	0

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

4.5 Análise dos resumos retornados

A fim de avaliar os resumos escritos pelos autores em seus artigos, teses e dissertações utilizou-se o software de análise qualitativa *Atlas ti*, onde obteve-se como retorno mais de 1700 palavras diferentes. Apresenta-se abaixo a frequência com as quais as dez palavras mais citadas aparecem nos trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) e artigos.

Tabela 6: Frequência das palavras mais citadas aparecem em artigos e trabalhos

Palavras	Dissertações e Teses	Artigos	Total
Banco	99	34	133
Desenvolvimento	84	33	117
Social	79	37	116
Economia	79	24	103
Bancos	73	29	102
Trabalho	83	18	101
Solidária	74	26	100
Comunitários	59	24	83
Sociais	57	23	80

BA	ILHAMAR	2	3	5
ES	TERRA	1	4	5
RJ	CIDADE DE DEUS	2	0	2

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

Dentre os BCDs citados, excluindo o Banco Palmas, foram enumerados cinquenta e cinco (55) dentre os quais quatorze (14) se encontram no Estado do Ceará.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado permitiu evidenciar a influência da metodologia do pioneiro Banco Palmas no país, principalmente na região Nordeste, onde se concentra a maioria dos bancos comunitários de desenvolvimento, universidades e autores interessados no tema. O mapeamento ainda possibilitou constatar a existência de um número considerável de bancos comunitários nos estados brasileiros apontando para a expansão deste tipo de empreendimento social além das fronteiras do Nordeste, inferindo-se assim que a metodologia dos BCDs pode ir além de uma questão regional e ser utilizada nacionalmente a fim de se amenizar as consequências do desequilíbrio econômico e social no país. Todavia, o interesse de estudo sobre o tema ainda é pequeno, comparando-se ao do Nordeste, principalmente nos Estados da Bahia e do Ceará - fator este confirmado através do número de produções por autores e universidades. A pesquisa realizada no Rio de Janeiro permitiu a inserção do tema em conferências e periódicos relevantes no campo da Administração, como o Academy of Management e o Journal of Social Entrepreneurship, tendo o Banco Palmas como estudo de caso.

Além disso, as bases pesquisadas retornaram um número pouco expressivo de artigos científicos sobre o tema, sendo que dos trinta e cinco (35) retornados, dez (10) se concentram nas lentes de um único pesquisador. Desta forma observamos que os BCDs são um tema ainda incipiente no campo, apesar de suas primeiras publicações terem aparecido há quinze anos (2002).

Apesar da identificação de cinquenta e cinco (55) bancos comunitários nas produções analisadas, foi possível constatar que a grande maioria das produções utiliza como estudo o pioneiro Banco Palmas. Portanto, acreditamos que ainda há avanços a serem feitos no campo, principalmente pela carência existente de estudos sobre outros bancos comunitários. Acreditamos que pesquisas mais robustas nesses outros diferentes bancos possam servir para amadurecer o campo de estudos dos BCDs. Entretanto, fica evidente o protagonismo do Banco Palmas, que se tornou modelo, além de detentor da metodologia para implantação de outros BCDs. Estudos futuros poderão avaliar a estratégia e a ação da SENAES ao longo de um período de mais de dez anos em que se observou a proliferação dos BCDs no Brasil.

Como sugestão para continuidade deste trabalho e para pesquisas futuras, sugere-se a investigação do tema Bancos Comunitário de Desenvolvimento em bases estrangeiras, uma vez em que as bases utilizadas retornaram um número pouco expressivo de publicações internacionais, com destaque para as pesquisas realizadas pela UFF. Ao considerar as bases internacionais será possível ter o número total de publicações, e de se fazer um confronto entre publicações brasileiras e estrangeiras com o intuito de se propor uma comparação quantitativa e, assim, identificar a maturidade e a importância do tema no Brasil perante o mundo. Ainda, cabe aos pesquisadores nacionais o acompanhamento de como possíveis mudanças de políticas públicas voltadas ao incentivo da economia solidária afetaram os BCDs.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. O. Valores, atitudes e intenção empreendedora: um estudo com universitários brasileiros e cabo-verdianos / Gustavo de Oliveira Almeida. – 2013. 400 f. Tese (doutorado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

ARAÚJO, Carlos AA. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em questão*, v. 12, n. 1, 2007.

BRASIL. Sistema de Informações de Economia Solidária. Ministério do Meio Ambiente (Ed.). **Atlas Sies**, 2013. Disponível em: <http://www.sinir.gov.br/web/guest/atlas-sies>. Acesso em 14 de janeiro de 2017.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. H. H. Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: MCT, 1999.

COSTA, Pedro de Almeida; CARRION, Rosinha da Silva Machado. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. In: V ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 5., 2008, Belo Horizonte. **V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Belo Horizonte: -, 2008. p. 1 – 14.

DA SILVA, Márcia Regina; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 2, n. 1, p. 110-129, 2011.

FERREIRA, A. S. M.; LOIOLA, E. ; GONDIM, S. M. G. . Produção Científica em Empreendedorismo no Brasil: Uma revisão de literatura. In: *Enanpad*, 2016, Costa do Sauípe, Bahia. XL *Enanpad*, 2016.

FERREIRA, Vivian Maria Pereira. **Economia Solidária, microfinanças e pluralismo jurídico**: um estudo de caso sobre a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. 2014. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito e Desenvolvimento, Faculdade de Direito, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de e LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Definindo gestão social. In: SILVA JÚNIOR, Jeová Torres et al. **Gestão Social**: Práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: Laboratório Interdisciplinar em Estudos de Gestão Social, 2008. p. 26-36.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas*, Porto Alegre, v. 1, n. 7, p.155-174, jan- jun 2007.

_____. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) como expressão de finanças solidárias: por uma abordagem da inclusão financeira. SENAES M.T.E, Brasília, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scaldoni. Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. **Revista de Administração**, [s.l.], v. 47, n. 3, p.500-515, 2012. Business Department, School of Economics, Business & Accounting USP.

HEMIGWA, C.A., 2005. Personal values as a catalyst for corporate social entrepreneurship. *Journal of Business Ethics* 60 (3), 233–249

INSTITUTO BANCO PALMAS (Brasil). **Site do Instituto Banco Palmas**. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

MORAES, J.; MARIANO, S.R.H.; CUBA-MANCEBO, R.; NARITOMI, H. Função e Multiplicação de Bancos Comunitários. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v.3, n.2, maio ago. 2014. Disponível: http://www.rigs.ufba.br/pdfs/RIGS_v3_n2_art9.pdf. Acesso em: 08 jun 2017.

MCNAUGHT, C.; LAM, P. Using wordle as a supplementary research tool. *The Qualitative Report*, v. 15, n. 3, p. 630-643, 2010.

OSTA, Pedro de Almeida; CARRION, Rosinha da Silva Machado. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. In: V ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 2002, Belo Horizonte. p. 1 – 14

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Estudo exploratório de bancos comunitários: conceitos, características e sustentabilidade.** 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PRICE, Derek de Solla. O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

RAPOSO, Jaciara Gomes. **Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico: Gestão comunitária e desenvolvimento local.** 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

RIGO, Ariadne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teorias e práticas.** 2014. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SHANE, S. Reflections on the 2010 AMR Decade Award: Delivering on the promise of Entrepreneurship as a Field of Research. *Academy of Management review*. Volume 37, No. 1, 10-20, 2012

SHANE, S., VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, 25(1), 217-226, 2000.

SILVA JR., Jeová. T. Avaliação de impacto e de imagem: Banco Palmas – 10 anos. Juazeiro do Norte: LIEGS, 2008.

SILVA, Roberto. V. M; GÓIS, Lúcia. S. As diferentes metodologias de crédito no mundo e no Brasil. *Tecnologia de Crédito – SERASA*, 2007, ano 11, n. 63.

SIQUEIRA, A. C. O. ; MARIANO, Sandra R. H. ; MORAES, J. . Microfinance and Innovation Ecosystem: Evidence from Brazil and Insights for Social Entrepreneurship. In: *Academy of Management*, 2013, Orlando. *Proceeding of Academy of Management*. New York: Academy of Management, 2013.

SIQUEIRA, A. C. O. ; MARIANO, Sandra R. H. ; MORAIS, Joysi . Institutional and interpersonal trust and entrepreneurship: insights from relationship banking and microfinance in Brazil. *International Journal of Business and Globalisation*, v. 14, p. 58-74, 2015.

SIQUEIRA, A. C. O. ; MARIANO, Sandra R. H. ; MORAIS, Joysi ; GORSE, G. . Creating Innovative Solutions in Microfinance and the Role of Organizational Ingenuity. In: Benson Honig , Joseph Lampel , Israel Drori. (Org.). *Handbook Of Organizational And*

Entrepreneurial Ingenuity. 1aed.Northampton: Edward Elgar Publishing, Inc., 2014, v. 1, p. 203-220.

SIQUEIRA, A. C. O.; MONZONI, Mario P. ; MARIANO, Sandra R. H. ; MORAES, Joysi ; Branco, Paulo D. ; Coelho, Ana M. . Innovation Ecosystems in Brazil: Promoting Social Entrepreneurship and Sustainability. In: Pate, Larry; Wanke, Charles. (Org.). Emerging Research Directions in Social Entrepreneurship. 1ed.New York: Springer Netherlands, 2014, p. 127-142.

VALENTIN, Fernando Farias. **A questão do crédito na economia solidária: uma investigação do caso da grande ABC.** 2014. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Abc, Santo André, 2014.

ZAHRA, Shaker A. et al. A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. *Journal of business venturing*, v. 24, n. 5, p. 519-532, 2009.

¹ Apesar de ter sido utilizado o banco de teses e dissertações da CAPES para busca, grande parte destas não estavam disponíveis em tal plataforma. A maioria delas sendo baixadas nas plataformas das Instituições de origem.

² Nos permitimos, aqui, compartilhar o fato de que este artigo, realmente, é o mais citado em todas as bases de pesquisa em que pesquisamos. *Na Web of Science*, por exemplo, tal artigo conta com mais de duas mil citações.

³ Dez anos após sua publicação, o artigo recebeu o prêmio *AMR Decade Award*, confirmando seu impacto significativo no campo do estudo do empreendedorismo (SHANE, 2012).

⁴ Considera-se neste trabalho retorno o produto dos trabalhos encontrados nas bases de produção acadêmica de acordo com os termos chaves selecionados para esta pesquisa.

⁵ O vínculo apresentado na tabela 2 refere-se a maioria das publicações realizadas pelo pesquisador. Cabe salientar que alguns autores atualmente possuem outros vínculos institucionais. Para mais informações sugerimos o acesso ao currículo disponibilizado na Plataforma Lattes .

⁶ As pesquisadoras Joysi Moraes e Sandra R.H. Mariano, apesar de apresentarem apenas uma publicação nas bases pesquisadas, se destacam devido a publicações em periódicos internacionais de grande impacto na área de Administração.

⁷ Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>> Acesso em 12 de Jan de 2017.